

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM  
SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, DA SUPERVIA CONCESSIONÁRIA  
DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (i) SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A., sociedade anônima brasileira com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, 3131, 18º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 02.735.385/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "Emissora"), e
- (ii) PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., nomeada nesta Escritura e nela interveniente, representando a comunidade de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures"), instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada "Agente Fiduciário").

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real da Emissora ("Escritura"), o qual adita e consolida o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A." celebrado em 07 de julho de 2000 (a "Escritura"), passando a Escritura a se reger pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora (AGE) realizada em 29 de agosto de 2000, que revogou todos os termos e condições originariamente aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2000. Foram delegados ao Conselho de Administração da Emissora, com referência às deliberações tomadas na AGE de 29 de agosto de 2000, poderes para, independentemente de convocação e deliberação da AGE:

 215 00

- (a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15/12/76; e
- (b) cancelar as Debêntures da 1ª (primeira) emissão que não vierem a ser subscritas durante o prazo de distribuição, as adquiridas facultativamente e as resgatadas antecipadamente nos termos da presente Escritura.

## CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- 2.1 Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta. A Emissora declara que já solicitou à CVM seu registro como companhia aberta, de acordo com a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993. As Debêntures somente serão emitidas após a concessão de referido registro.
- 2.2 Obtenção da Autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos no Estado do Rio de Janeiro - ASEP - RJ ("ASEP"). Nos termos do Contrato de Concessão para a Exploração de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário de Passageiros assinado em 17 de setembro de 1998 entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora, a Boisa 2000 S.A., a Companhia Fluminense de Trens Urbanos - Flumitrens e a ASEP (o "Contrato de Concessão"), relativo à concessão outorgada à Emissora de operação em caráter exclusivo dos serviços de transporte ferroviário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (a "Concessão"), a emissão das Debêntures exige a obtenção da manifestação favorável da ASEP-RJ. Em 14 de julho de 2000, a ASEP aprovou a presente emissão de Debêntures.
- 2.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- 2.4 Arquivamento e Publicação das Atas da Assembleia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração. As Atas da Assembleia Geral Extraordinária e, se for o caso, da Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre a emissão de Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial.
- 2.5 Registro da Escritura. A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, sede da Emissora.

## CLÁUSULA III - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a venda das Debêntures serão utilizados pela Emissora prioritariamente no pagamento integral de suas obrigações perante o Unibanco - União de Bancos Brasileiros

S.A. ("Unibanco") nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Empréstimos nº 403.228-0, de 30 de maio de 2000 (correspondentes a R\$14.482.350,52 em 1 de setembro de 2000), liberando, assim, a vinculação das Receitas das Tarifas (conforme definido abaixo) efetuada em favor do Unibanco. Com referida liberação, as Receitas das Tarifas da Emissora ficarão preferencialmente vinculadas ao cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura, respeitados os termos do Contrato de Caução (conforme abaixo definido), sem prejuízo da garantia real constituída nos termos do mesmo. Além disso, parte dos recursos, no valor aproximado de R\$35.517.649,48 (assumindo a colocação total das Debêntures), será utilizada na execução de melhorias na prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros.

#### CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 4.1 Número da Emissão. Esta Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora.
- 4.2 Colocação e Procedimento. O lançamento será público, com a consequente intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não sendo utilizada a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da distribuição que desejarem efetuar investimentos na Emissora.
- 4.3 Quantidade de Títulos. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.
- 4.4 Valor Nominal. O valor nominal das Debêntures será R\$5.000,00 (cinco mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal").
- 4.5 Valor da Emissão. O valor total da emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.
- 4.6 Série. A emissão terá uma única série.
- 4.7 Negociação. A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP.

## CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICA DAS DEBÊNTURES

5.1 Convertibilidade e Forma. Todas as Debêntures desta emissão são nominativas, escriturais, sem a emissão de certificados, não endossáveis e não convertíveis em ações, presumindo-se a propriedade pelo registro em contas de depósito em nome de seus titulares, servindo, adicionalmente, para os debenturistas, como comprovante de titularidade das Debêntures, o Relatório de Posição de Ativos da CETIP, solicitado pela Emissora e emitido por ocasião dos pagamentos das obrigações decorrentes da presente emissão, ou a qualquer momento.

5.2 Espécie. As Debêntures têm garantia real e outras garantias adicionais elencadas na Cláusula 5.2.1, além de gozarem do vínculo das Receitas das Tarifas, nos termos do item 5.2.1 (f) abaixo.

5.2.1 Em garantia do integral pagamento de todas e quaisquer obrigações da Emissora nos termos desta Escritura, inclusive o pagamento do principal e juros relativos às Debêntures, a Emissora deu em caução (e, no caso do item (b) abaixo, se obrigou a caucionar), nos termos do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Caução de Direitos, Vinculação de Receitas, Prestação de Serviços Bancários e Outras Avenças celebrado nesta data (o "Contrato de Caução"), que figura na presente Escritura como Anexo I, os seguintes bens e direitos:

- (a) os créditos decorrentes da locação de imóveis e espaços publicitários nas áreas integrantes da Concessão, inclusive nos vagões dos trens operados pela Emissora, objeto dos contratos indicados no Anexo I ao Contrato de Caução;
- (b) os créditos decorrentes da locação de imóveis e espaços publicitários nas áreas integrantes da Concessão, inclusive nos vagões dos trens operados pela Emissora, objeto de novos contratos de locação que a Emissora venha a celebrar, os quais serão caucionados mediante inclusão no Anexo I do Contrato de Caução através de aditamento competente;
- (c) os créditos detidos pela Emissora contra a Oportrans Concessão Metroviária S.A. nos termos do Contrato de Concessão;
- (d) os direitos de indenização detidos pela Emissora contra o Estado do Rio de Janeiro, caso venha a ser declarada a extinção da Concessão, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda do Contrato de Concessão;
- (e) o produto decorrente da realização dos direitos creditórios elencados nos incisos (a) a (d) acima (os direitos indicados nos incisos (a) a (e), doravante conjuntamente designados os "Direitos Creditórios"); e
- (f) os direitos detidos contra o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") em decorrência do depósito dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios e da receita obtida diariamente pela Emissora em decorrência das tarifas a serem cobradas dos usuários do transporte

ferrroviário no âmbito da prestação dos serviços objeto da Concessão ("Receitas das Tarifas") nas contas de titularidade da Emissora no Bradesco ("Contas de Depósito"). Incluem-se aqui também os direitos detidos contra uma nova instituição que venha a ser indicada para a prestação de tais serviços no todo ou em parte, caso o Bradesco venha a ser substituído como agente receptor dos pagamentos acima mencionados (tais direitos, em conjunto com os Direitos Creditórios, doravante os "Direitos Cauçionados").

5.2.2 Os recursos obtidos com os Direitos Creditórios deverão ser depositados na conta bancária da Emissora nº 7298-6, mantida na Agência 2731-6 do Banco Bradesco S.A. Caso a Emissora receba, por qualquer razão, recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, os mesmos deverão ser depositados no mesmo dia do recebimento na conta de depósito aqui mencionada.

5.2.3 Outrossim, a Emissora obrigou-se a depositar na Conta de Depósito nº 6900-0, na Agência 2731-6, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Bradesco, a partir da data de assinatura do Contrato de Caução, diariamente, em moeda corrente, a totalidade da receita decorrente da cobrança de tarifa dos usuários dos serviços objeto da Concessão, que venha a ser efetivamente recebida pela Emissora.

5.2.4 Nos termos do Contrato de Caução, enquanto a Emissora estiver em dia com suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures e à presente Escritura e enquanto inoocorrer qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures aqui prevista, a Emissora poderá transferir a totalidade dos recursos mencionados nas Contas de Depósito, após a respectiva compensação bancária, para a Conta de Movimentação definida no Contrato de Caução, conforme consentimento expresso dado pelo Agente Fiduciário nos termos do item 1.5 do Contrato de Caução. Todavia, caso a Emissora deixe de pagar, na data do respectivo vencimento, qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou à Escritura, ou caso ocorra qualquer hipótese de vencimento antecipado, referido consentimento dado pelo Agente Fiduciário ficará suspenso, devendo ser comunicado imediatamente por este ao Bradesco. Neste caso, o montante a que se refere a Cláusula 1.4 do Contrato de Caução passará a ser retido pelo Bradesco, a partir da data do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, para o cumprimento das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures e à presente Escritura.

5.2.5 Como mera informação aos interessados, os valores relativos aos bens e direitos mencionados nas alíneas (a), (c) e (f) do item 5.2.1 acima recebidos no passado pela Emissora encontram-se relacionados no item 1.1.1 do Contrato de Caução, que figura na presente Escritura como Anexo I.

5.3 Data de Emissão. Para todo e qualquer efeito legal, a data de emissão será 1 de agosto de 2000 ("Data de Emissão").

5.4 Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de agosto de 2003, data em que, respeitado o disposto em 5.6 e 5.7 abaixo, deverá ser pago o Valor Nominal das Debêntures, juntamente com a Remuneração eventualmente devida nos termos desta Escritura.

5.5 Remuneração. Sobre o Valor Nominal das Debêntures incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração, acrescida ou não de sobretaxa ("Sobretaxa"), cujo período

5 (de 22)



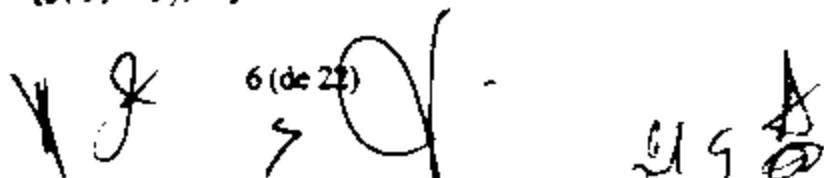
de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pela Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou pelo Conselho de Administração da Emissora ("Remuneração"), observado o disposto nos incisos seguintes:

- (a) Período de Vigência da Remuneração: é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data da primeira rescatização das Debêntures, ou seja, de 1 de agosto de 2000 até 1 de agosto de 2001, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura;
- (b) Período de Capitalização: é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e
- (c) Sub-período de Capitalização: é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, possuindo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI (conforme abaixo definida) apurada. Assim, o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das Debêntures e término no prazo definido para a Taxa DI apurada; o Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerramento no prazo definido para a Taxa DI apurada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização. As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o saldo do (valor nominal não amortizado) das Debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento.

5.5.1 Para o primeiro "Período de Vigência da Remuneração", que se inicia na Data de Emissão e termina em 1 de agosto de 2001, a Assembleia Geral Ordinária de 29 de agosto de 2000 desde logo definiu (sem prejuízo da competência atribuída ao Conselho de Administração da Emissora) como taxa de Remuneração a taxa média dos depósitos interfinanceiros denominada Taxa DI "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP (doravante denominada "Taxa DI"), não havendo Sobretaxa. A remuneração será equivalente a 100% (cento por cento) da referida Taxa DI, capitalizada por um spread de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano calculada conforme a sistemática abaixo:

- (a) periodicidade de pagamento: a remuneração será paga anualmente, a contar da data de emissão, vencendo-se em 1 de agosto de 2003, ocorrendo o primeiro pagamento em 1 de agosto de 2001. Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, a(s) data(s) de vencimento dos juros ficará(ão) prorrogada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.
- (b) Fórmula de cálculo da remuneração:

$$JR = (S)VNx[(1+x_1 \dots x_n)-1], \text{ onde:}$$

 6 (de 22)

$JR$  = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;  
 $(S)/N$  = saldo do valor nominal unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização;  
 $(f_1, f_2, \dots, f_j)$  = fator de variação acumulado no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos  $f_1, f_2, f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{d_j}{252}} \right] \times \left[ \left( 1 + \frac{\text{Spread}}{100} \right)^{\frac{d_j}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

$f_j$  = fator da Taxa DI "over extra-grupo", referente ao "sub-período de capitalização j";  
 $\text{Taxa DI}_j$  = Taxa DI "over extra-grupo", em % ao ano, base 252 dias, calculada pela CETIP, referente ao "sub-período de capitalização j";  
 $d_j$  = número de dias úteis contidos no "sub-período de capitalização j", idêntico ao prazo definido para a Taxa DI, apurada;  
 $\text{Spread} = 2,5$  ao ano

**5.5.2 Apuração da Taxa DI:** A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à Escritura. No caso de (a) extinção da Taxa DI, (b) impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures ou (c) indisponibilidade temporária da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data da ocorrência do evento (a), (b) ou (c) relativo à taxa aplicável à determinação da Remuneração em um determinado "período de vigência da Remuneração", será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Caso a Emissora e os debenturistas não cheguem a um acordo com relação ao novo critério de determinação da Remuneração das Debêntures no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da referida assembleia geral, as Debêntures detidas por aqueles debenturistas que não concordarem com o novo critério de determinação da Remuneração das Debêntures proposto pela Emissora deverão ser resgatadas pela Emissora pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração a que fizeram jus até a data do efetivo pagamento do valor do resgate. Quando for o caso, na data de apuração do valor de quaisquer obrigações a serem liquidadas nas quais não se conheça determinada taxa aplicável à determinação da Remuneração em um determinado "período de vigência da Remuneração" por esta ainda não ter sido divulgada, por prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, será aplicado o último valor da taxa aplicável que estiver disponível naquela data, calculado exponencialmente por dias úteis (tendo como base o número de dias determinado pela taxa aplicável), não sendo

V J 7 (de 22) S N - 21 5 @

devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da taxa aplicável.

5.5.3 Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto no item 5.5.2 acima, fica desde já acordado que a partir da data de convocação da assembleia geral prevista, as Debêntures pagarão remuneração equivalente à última Taxa DI utilizada para a Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto à nova Remuneração, ou até a data de pagamento do valor do resgate, conforme o caso.

5.6 Repactuação. Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições da repactuação das Debêntures, aprovando o novo Período de Vigência da Remuneração e as condições da remuneração, bem como a época de seu pagamento. As deliberações do Conselho de Administração da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação de "Aviso aos Debenturistas", até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando: a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) a modalidade da taxa e os juros remuneratórios, a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; c) as datas de vencimento e de pagamento da remuneração; e d) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora para o novo Período de Vigência da Remuneração deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures. Fica desde já definido que a primeira repactuação ocorrerá no dia 1 de agosto de 2001.

5.6.1 Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas", efetuado na forma do item 5.6 acima, para manifestar junto à Emissora (junto ao CETIP, na sede social da Emissora ou em outro local por ela indicado), sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora.

5.6.2 A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures decorrentes desta emissão nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da Debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido, calculada desde a data da emissão, ou do pagamento de remuneração imediatamente anterior, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

5.6.3 As Debêntures adquiridas pela Emissora em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, a exclusivo critério desta.

5.7 Repactuação Antecipada. A Emissora obriga-se a repactuar antecipadamente, em conformidade com o disposto nos itens 5.6 e 5.6.1 supra, todas as obrigações objeto desta emissão, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:



- (a) alteração do controle acionário da Emissora, desde que a decisão de repactuação antecipada tenha sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembleia convocada especialmente para este fim; e
- (b) a alienação de ativos da Emissora em montante, isolado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Este valor será corrigido monetariamente a partir da data de assinatura desta Escritura, em bases anuais, a contar da Data de Emissão, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas. No caso de extinção deste índice e/ou sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da mesma Fundação, na sua extinção e/ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda. A repactuação antecipada somente ocorrerá se ela tiver sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembleia convocada especialmente para este fim.

5.7.1 Sem prejuízo do item 5.9 abaixo, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora e que se manifestarem de acordo com o item 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de manifestação dos debenturistas.

5.8 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração (e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória, calculados de acordo com o disposto no item 5.10 abaixo), calculados exponencialmente por dias decorridos, devendo para tanto comunicar a Emissora no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, a qual, por sua vez, se obriga a resgatar referidas Debêntures:

- (a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- (c) decretação de falência da Emissora;
- (d) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;

- (e) o não depósito dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios e das Receitas das Tarifas nas respectivas Contas de Depósito, nos prazos aqui previstos;
- (f) a não inclusão no Anexo I ao Contrato de Caução de qualquer novo contrato de locação que venha a ser celebrado pela Emissora durante a vigência desta Escritura, nos termos do item 5.2.1;
- (g) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura ou no Contrato de Caução, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$10.000.000 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta emissão; ou
- (i) demais casos previstos nesta Escritura ou em lei.

5.8.1 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante do item 5.16 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 5.10 abaixo.

5.9 *Preço de Subscrição e Integralização*: As Debêntures desta emissão poderão ser subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata dies*, apurada desde a Data de Emissão até a data da subscrição e integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional.

5.10 *Resgate Antecipado*. A qualquer momento, respeitando-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de emissão, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei nº. 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O procedimento do sorteio será definido pelo Agente Fiduciário, respeitada a legislação aplicável. Na hipótese de resgate parcial, a empresa deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das Debêntures do SND - Sistema Nacional de Debêntures. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

5.11 *Aquisição Facultativa*. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora, incluindo aquelas que vierem a ser adquiridas nos termos do item 5.6.2 acima, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no

mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

5.12 *Multa de Mora e Juros Moratórios.* Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.13 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do disposto no item 5.10 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.14 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e no Banco Mandatário (atualmente o Bradesco) para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.

5.15 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, sem acarretar qualquer acréscimo, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro.

5.16 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal Diário Comercial publicado na Cidade do Rio de Janeiro.

5.17 *Notificações:* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.  
Av. Presidente Vargas, 3131, 18º andar, Rio de Janeiro - RJ.  
At: Sr. James Clark Nunes Jr. (Diretor de Relações com Investidores)  
Tel.: (21) 563-2288  
Fax: (21) 563-2400  
e-mail: jclark@supervia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, Rio de Janeiro - RJ.

At: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sra. Roberta Vieira Coelho  
Tel.: (21) 507-1949  
Fax: (21) 507-1773  
e-mail: pavarini@pavarini.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido por empresa de correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

## CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - (ii) dentro de 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - (iii) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
  - (iv) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
  - (v) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura e no Contrato de Caução, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- (c) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

- (d) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- (e) estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- (f) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 7.2.2 abaixo;
- (g) comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias, ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou do Contrato de Caução (inclusive no que se refere ao cumprimento dos Limites e Índices) e/ou de quaisquer contratos que a Emissora seja parte;
- (h) não conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros estranhos ao seu objeto social; e
- (i) informar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer evento relativo descrito na *Cláusula V - Características das Debêntures, itens 5.7 - Repacuação Antecipada e 5.8 - Vencimento Antecipado.*

## CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunidade dos debenturistas perante a Emissora declarando:

- (a) sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e
- (d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

7.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

7.1.2 O Agente Fiduciário declara, outrossim, que a garantia real objeto do Contrato de Caução está legalmente constituída com relação aos bens e direitos nos itens (a), (c), (d), (e) e (f) da Cláusula 5.2.1 e será exequível na forma da lei.

7.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- (a) taxa de implantação de serviços no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta de serviços, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à Emissora em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM;
- (b) parcelas anuais antecipadas no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devidas, a primeira, no primeiro dia útil após a concessão do registro pela CVM e as demais devidas nas mesmas datas dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no inciso (a);
- (c) a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas acima referidas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implantação de serviços até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata dies*, se necessário;
- (e) a remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora mediante a apresentação pelo Agente Fiduciário dos comprovantes competentes;
- (f) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura;
- (h) as remunerações serão acrescidas do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do

 14 (de 22)  

Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- (i) todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da Emissora, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.2.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.2.2 A Emissora compromete-se a efetuar, desde que previamente aprovado, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio

Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representarem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-las, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- (a) nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura;
- (b) é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (c) a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- (d) em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- (e) a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XXII do item 7.4 abaixo; e
- (f) serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

#### 7.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- (a) custear, no que lhe couber, (i) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (b) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptação;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, comunicando-a previamente a este respeito;
- (l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (m) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório mensal destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (v) resgate, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, especialmente aquelas previstas no item 6.1 acima;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
  - (x) o resultado apurado com a aplicação dos Índices e Limites.
- (o) colocar o relatório de que trata o inciso (n) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do encerramento de cada mês ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
  - (v) na sede social da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (n) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (o) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, inclusive a alínea (v) do inciso (a), e os incisos (h) e (i) do item 6.1 acima e o item 9.1 abaixo;
- (s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos

debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, às Bolsas de Valores, quando for o caso, e à Emissora; e

- (t) cumprir com todas as obrigações legais que lhe venham a ser imputadas pela legislação aplicável.

7.5 No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembleia de debenturistas.

7.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (a) a (c) do item 7.5 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso (d) do item 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

## CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2 A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.

8.3 Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

8.4 A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de

19 (de 22)



debenturistas que representam, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembleia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## CLÁUSULA IX - DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1 A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora.

9.1.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretirável a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 9.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

#### CLÁUSULA X - DAS DESPESAS

Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura e as atas da Assembleia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

#### CLÁUSULA XI - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2000.

Emissora

[Nome]  
[Cargo]

[Nome]  
[Cargo]

Agente Fiduciário

[Nome] ~~ANTONIO DE MENEZES MANTOVANI~~  
[Cargo] DIRETOR

[Nome] ANTONIO DE MENEZES MANTOVANI  
[Cargo] PROCURADOR

Testemunhas

Nome:  
RG:

Nome:  
RG: